



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **0019767-58.2012.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Impugnação de Assistência Judiciária - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Jefferson Esquina Tsuchida e outro**  
 Requerido: **Vanderlei Aparecido Ferro Filho**  
 Juiz(a) Substituto: Dr(a). **JOSÉ PEDRO REBELLO GIANNINI.**

**VISTOS.**

**JEFFERSON ESQUINA TSUCHIDA e TALITA FELICIANO DE ANDRADE TSUCHIDA** ajuizaram a presente **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER** combinada com indenização por danos, com pedido de decisão liminar *inaudita altera pars* em face de **VALDERLEI APARECIDO FERRO FILHO**, todos devidamente qualificados nos autos.

Aduzem os autores, em síntese, que: 1) Firmaram com o requerido um contrato de compra e venda de um terreno com uma casa construída no valor de R\$ 85.000,00, no dia 10/12/2010. 2) A forma de pagamento seria por meio de uma parcela de R\$ 5.000,00, já quitada, um apartamento no valor de R\$ 20.000,00 cuja posse já foi dada ao réu e R\$ 60.000,00 a serem pagos por financiamento bancário em nome dos requerentes, com vencimento em até 90 dias úteis após a entrega dos documentos do imóvel pelo requerido; fato este não cumprido pelo requerido até a presente data. 3) No dia 10/09/2012, os requerentes foram notificados extrajudicialmente pelo requerido que não quitaram o valor referente à parte do pagamento e ameaçou-os de ajuizar ação de cobrança, indenização e reintegração de posse. 4) Não



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

obstante, os requerentes não conseguem financiar o pagamento, uma vez que o requerido não efetuou a averbação do imóvel edificado no terreno. 5) Os requerentes pagaram a importância de R\$ 820,00 ao pai do requerido, com o objetivo de agilizar a documentação, e mais R\$ 320,00 para regularizar a calçada do imóvel. Requerem, assim, em caráter liminar *inaudita altera pars*, que seja imposto ao requerido que se abstenha de qualquer ato que impeça o uso e gozo do imóvel, por parte dos requerentes, sob pena de multa diária de R\$ 150,00. Requerem, também, que o requerido seja condenado a praticar todos os atos necessários à expedição da documentação do imóvel descrito, e liberação do financiamento, no prazo de 45 dias, com a entrega da documentação, sob pena de multa diária de R\$ 150,00. Por fim, requerem a condenação do requerido a pagar indenização por danos morais e que o pedido sucessivo em relação ao pedido anterior não prejudique este último pedido.

A inicial veio instruída com documentos de fls. 16/50.

Em despacho de fl. 52, foi deferido o pedido de justiça gratuita.

Regularmente citado (fl. 54), Vanderlei Aparecido Ferro Filho apresentou contestação às fls. 56/74, afirmando que: 1) Nunca foi notificado para que se apressasse a entrega dos documentos para viabilizar o financiamento, demonstrando que não há interesse processual por parte dos requerentes. 2) Os requerentes não teriam condições de realizar o financiamento, mesmo com a entrega



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

da documentação, haja vista que o requerido está desempregado. 3) Não há provas para confirmar que os requerentes tentaram fazer ao menos uma ligação para o requerido, a fim de pedir a documentação do imóvel. 4) Ainda não recebeu R\$ 60.000,00 dos R\$ 85.000,00 pactuados entre as partes. 4) Inúmeras vezes o requerido tentou entrar em contato com os requerentes, mas fora forçado a notificá-los extrajudicialmente. 5) Os requerentes não pagaram IPTU por 2 anos. 6) Requer, dentro de um prazo de 90 dias, o pagamento de R\$ 60.000,00 referentes ao restante contratado entre as partes. 7) Requer, ainda, a cessão de direitos e obrigações do imóvel e que seja acolhida a prefacial de carência de ação dos requerentes quanto a apresentação dos documentos do imóvel. 8) Justiça gratuita.

A contestação veio instruída com documentos de fls. 77/112.

Sobreveio réplica às fls. 121/124, e veio instruída com documentos de fls. 125/127.

Em despacho de fl. 130, as partes foram instadas a produzir provas e manifestaram desinteresse.

Em resposta ao despacho de fls. 146 foi carreado documento de fls. 149 e 167.

Alegações finais às fls. 175/186.

A audiência de conciliação resultou em acordo parcial, prosseguindo o feito apenas em relação ao



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

pleito de danos morais (fls. 193/194).

Os autores peticionaram a fls. 196, juntando documentos às fls. 197/198.

Eis o relatório.

**DECIDO.**

A princípio cabe consignar que o pleito segue apenas no tocante ao dano moral, pois a obrigação da fazer já foi satisfeita pelo réu, inclusive já tendo acordo homologado nos autos (a respeito confira-se fls. 193/194).

Passo a analisar o pedido de indenização por danos morais, o qual não merece acolhida

O que se passou, em verdade, foi simples desacordo comercial, insuscetível de causar o menoscabo moral, conforme venho decidindo em casos análogos.

No mesmo diapasão, confira-se AgRg no Ag 865229/DF, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, 4ª Turma, DJ 02/03/04 - STJ:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. VEDAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. conquanto o dano moral dispense prova em concreto, competete ao julgador verificar, com base nos elementos de fato e prova dos autos, se o fato em apreço é apto, ou não, a causar o dano moral, distanciando-se do mero aborrecimento. De fato, na espécie, o Tribunal a quo não reconheceu o dever de indenizar, por entender ausente o abalo moral



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

do agravante. Rever tal entendimento implicaria o reexame de fatos e provas, o que é vedado nos termos do verbete nº 7 da Súmula do STJ.

2. Agravo improvido.

Hodiernamente, o que se vê é a banalização do instituto do dano moral. Qualquer discussão ou mero aborrecimento dão azo a ações de indenizações por danos morais, desamparadas de fundamento e desacompanhadas dos requisitos essenciais da responsabilidade civil e do dano moral.

Veja-se:

(...) Não há falar em indenização por dano moral se as sensações de dor moral não passam de mero aborrecimento. Não comprovando escorreitamente a autora os fatos constitutivos do seu direito (art. 333, inc. I do CPC) e restando, assim, indemonstrados os requisitos aptos a gerar o dever de indenizar, quais sejam, o evento danoso, o dano efetivo e o nexa causal entre o ato/fato e a lesão, é de ser negado o pedido de indenização por danos morais. (TJSC; acórdão 2007.014592-7; rel. Des. Mazoni Ferreira, data da decisão: 10/05/07, com grifos meus).

Confira-se, ainda:

CIVIL – Dano moral – CDC – Responsabilidade civil objetiva elidida – Inconfiguração – Ausência de prova de fato ensejador – Transtornos do dia a dia – Suscetibilidade exagerada. 1. A responsabilidade civil objetiva do fornecedor de serviços e/ou produtos fica elidida, porque cede diante da prova da inexistência de fato a dar ensejo ao dano moral reclamado. 2. Só deve ser capaz de causar efetivo dano moral, a ocorrência efetiva da dor, vexame, sofrimento ou



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

humilhação que, fugindo à normalidade dos acontecimentos do cotidiano, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. 2.1. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazer parte do que rotineiramente acontece no nosso dia-a-dia, no trato com terceiros, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até mesmo no ambiente familiar, tais situações não são tão intensas, profundas e duradouras a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo e suficientes a lhe ensejar sofrimento interno e profundo no seu âmago, provocativo de dano moral que mereça ressarcimento. 2.2. Ao contrário, seria tutelar de forma distinta e inadmissível quem, fugindo à regra da normalidade das pessoas, possui exagerada e descomedida suscetibilidade, mostrando-se por demais intolerante. Recurso da ré conhecido e provido para julgar improcedente a postulação inicial, dando-se por prejudicado o recurso da autora (TJDF – ACJ nº 20.010.810.023.985 – DF – 2ª TRJE – Rel. Des. Benito Augusto Tiezzi – DJU 01.04.2002). Para que seja devida a indenização por dano moral é necessário que o autor comprove a efetiva ocorrência de prejuízo com a configuração de abalo moral ou psicológico do ofendido. (TAPR – AC nº 188.323-6 – 1ª C. Civil – Rel. Marcos de Luca Fanchin – DJPR 31/10/2002 – com grifos meus).

Ante o exposto, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido de indenização por danos morais apresentado por **JEFFERSON ESQUINA TSUCHIDA e TALITA FELICIANO DE ANDRADE TSUCHIDA** em desfavor de **VALDERLEI APARECIDO FERRO FILHO**.

Sucumbentes, arcarão os requerentes com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 678,00, devendo ser observado o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

disposto no art. 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.

São Carlos, 14 de outubro de 2013.

**JOSÉ PEDRO REBELLO GIANNINI**

**Juiz Substituto**